CÂMARA MUNICIPAL DE POMPÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

Processo N.o 17.587/94 **Data** 14.03.94

Projeto de Lei nº 10/94

Autor PREFEITO MUNICIPAL DE POMPÉIA

Assunto AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE POMPÉIA A PROCEDER DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRENO URBANO PERTENCENTE A CLASSE DOS BENS PATRIMONIAIS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TRAMITAÇÃO

À Comissão de Justiça e Redação. Em ...../...../..... ..... Diretor da Secretaria			

Resultado

Aprovado por 12 a 0 votos
Rejeitado por ..... a ..... votos
Pompéia 04/04/94
.....
Presidente

Aprovado por 12 a 0 votos
Rejeitado por ..... a ..... votos
Pompéia 04/04/94
.....
Presidente

Autógrafo N.o

Lei n.o 1542 **de** 5/4/94

Observações:

Arquivado em ...../...../.....

.....
Diretor da Secretaria

PROJETO DE LEI Nº 10/94

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE POMPEIA A PROCEDER DOAÇÃO DE AREA DE TERRENO URBANO PERTENCENTE A CLASSE DOS BENS PATRIMONIAIS DISPONIVEIS NO MUNICIPIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PROTOCOLO
17.587
14 / 03 / 94

A CAMARA MUNICIPAL DE POMPEIA DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a alienar, por doação pura e simples, uma àrea de terreno urbano formada por parte do lote nº 5 e parte do lote nº 6, da Quadra "B", localizada na Av. Nestor de Barros, com 10,00 metros de frente por 20,00 metros da frente aos fundos, com área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes confrontações:- pela frente com a Av. Nestor de Barros, na distância de 10,00 metros; pelos fundos com área da Fazenda Jacutinga, na distância de 10,00 metros; pela esquerda, de quem de frente olha o lote, com parte remanescente do lote nº 5, na distância de 20,00 metros; pela direita, de quem de frente olha o lote, com parte remanescente do lote nº 6, na distância de 20,00 metros, que pertence à classe dos bens patrimoniais disponíveis do municipio, ao Senhor GILDO AMBROSIO MORAIS, RG. nº 20.818.021, CPF 104.756.968-04, residente e domiciliado na sede deste distrito, município e comarca de Pompéia, Estado de São Paulo, na Rua Sisnando Gomes da Cunha, nº 36, Bairro Tufic Baracat, para fins de construção e instalação de uma mmicroempresa (Oficina) no ramo de Auto-Elétrica.

Parágrafo Único - A doação é feita para que o donatário se utilize do imóvel doado exclusivamente para a finalidade prevista, ficando revogada de pleno direito se lhe for dada destinação diversa da que está expressa neste artigo.

Artigo 2º - O donatário deverá proceder o início da execução e conclusão da obra dentro do prazo máximo de 02 (dois) anos e não poderá alienar o imóvel doado após a efetiva construção no prazo de 05 (cinco) anos.

Artigo 3º - A prorrogação de prazo, quando necessária, para término das obras constantes do projeto, somente será autorizada pelo Executivo, mediante a requerimento do donatário, comprovando através de vistoria procedida pelo Setor de Obras da Municipalidade, a execução de pelo menos

50% (cinquenta por cento) da edificação.

Parágrafo 1º - Sem dispensa da vistoria que trata o "caput" do presente artigo, o pedido de prorrogação de prazo deverá obrigatoriamente ser instruido com laudo técnico comprobatório da fase em que se encontra a obra, bem como o percentual executado em relação ao projeto originário.

Parágrafo 2º - A não edificação no prazo de que trata o artigo 2º da presente Lei, virtuado ou ocasionado por motivo de caso fortuito ou força maior, sem prejuízo da exigência do artigo 3º, será prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses.

Parágrafo 3º - O não cumprimento dos prazos previstos nesta, lei inclusive os concedidos através dos pedidos de prorrogação para edificação da obra, reverterá, o imóvel, objeto da doação, ao Patrimônio Público, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, bem como, não cabendo qualquer indenização pelas benfeitorias ali introduzidas.

Parágrafo 4º - Das escrituras públicas deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel doado para a finalidade a que se destina.

Artigo 4º - As despesas decorrentes das lavraturas das escrituras, bem como os respectivos registros no Cartório de Registro de Imóveis, correrão por conta exclusiva do donatário.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA, EM 04 DE MARÇO DE 1994.

ALVARO JANUARIO
PREFEITO MUNICIPAL

Autógrafo nº
Lei nº ____/____/____
pldoa2

CÂMARA MUNICIPAL DE POMPÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E FINANÇAS.

Processo n.o 17.487/94 **Parecer n o**

Projeto de Lei nº 10/94

Assunto: Autoriza o Prefeito Municipal de Pompéia a proceder doação de área de terreno urbano pertencente a classe dos bens Patrimoniais disponíveis no Município e dá outras providêncvias.

O presente Projeto de Lei foi devidamente analisado pela Comissão de Justiça e Redação que o declara legal e constitucional, esclarecendo que foi suspensa a eficácia da expressão "permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública" contida na letra "b" do inciso I do artigo 17 da Lei 8666/93, através de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade.

No que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, entendemos que a presente doação virá de encontro aos interesses social e assistencial, pois, a contrução de uma microemprêsa no ramo de auto-elétrica trará muitos benefícios à coletividade, principalmente na criação de novos empregos.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1994

CARLOS LONCAROVICH

ODAIR ROQUE BOTTER

MASSAO HAYASHI

JOSÉ MARQUES CAMPOY

VALDIR CERVELIN

FRANCISCO PEREIRA SIMÕES